

## APRESENTAÇÃO

Em Humanidades, a tradição hermenêutica parece ainda mostrar sinais de vitalidade, uma vez que neste conjunto de disciplinas os atos de interpretação ocupam lugar nuclear no exercício de ampliação do conhecimento. Contudo, nas últimas décadas, a centralidade da “interpretação”, tal como prática descrita pela tradição acadêmica, desde Wilhelm Dilthey – considerado o fundador da hermenêutica acadêmica –, vem sendo fortemente questionada. Nessa tradição, os sentidos estão sempre “dados” e virtualizados na mente dos sujeitos intérpretes; a superfície do que está em comunicação apresenta-se necessariamente fragmentada ou incompleta, demandando estritamente uma ação interpretativa que a consolide, que concretize os sentidos ao preencher as lacunas aparentes naquela superfície. Isso coloca, conseqüentemente, na condição de secundários ou mesmo irrelevantes os elementos circunstanciais e materiais envolvidos no ato comunicativo.

Todavia, o pensamento contemporâneo vem tentando superar a condição da interpretação como mera identificadora de sentidos. Na atualidade, a hermenêutica implica reflexão filosófica interpretativa de símbolos, em geral. Para Paul Ricoeur, é um guia metodológico, um guia de orientação da leitura, um método que busca a compreensão da obra, seja teórica ou poética; e, nesse âmbito conceitual, torna-se essencial considerar a influência do “imaginário social” nas ações sociais, uma vez que os discursos são impregnados de expressões do imaginário. Por isso é relevante o papel da interpretação nas expressões ideológicas como aspectos essenciais nas ações sociais. Numa interpretação hermenêutica, segundo Ricoeur, o *inconsciente* e o *imaginário* são fundamentais para a compreensão da problemática de um texto, que começa quando o sujeito se pergunta o que fazer para desvelar uma ação ou reconhecer a manifestação do seu ser. Para Ricoeur, o procedimento interpretativo deve refazer a operação discursiva do texto, seguir uma história, seguir não seus episódios, mas o caráter configurativo da obra, as atribuições morais e técnicas da *linguagem* na obra.

É nisso que reside o papel da linguagem de descrever, revelar e mesmo criar realidades. Como nos lembra Ricoeur, em seu *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II* (1986), *linguagem* e *real* são mediados por símbolos, imaginário, mito e poesia, configurados no texto. E não devemos esquecer que a linguagem evidencia tanto a simetria quanto a assimetria entre o *real histórico* e o *irreal de ficção*. Uma lin-

guagem mediada por signos e efetuada na perspectiva do inconsciente e do imaginário pode, igualmente, afirmar experiências e ocultá-las ou reprimi-las. Para Dilthey, o conhecimento histórico estaria na base da dimensão científica, mas para Ricoeur, tanto a via histórica quanto a psicológica teriam como função evidenciar que a tarefa hermenêutica consiste em estabelecer a validade universal da interpretação.

Hans Ulrich Gumbrecht, em conferência proferida em maio de 1992, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada “O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação” – publicada em 1998, em *Corpo e forma*, Eduerj – chama atenção, em especial, para o conceito de *destotalização*, em Lyotard, que explicita a impossibilidade contemporânea de sustentar afirmações filosóficas ou conceituais de caráter universal. Em sua análise da hermenêutica acadêmica, Gumbrecht destaca o que entende serem as quatro premissas do campo hermenêutico. A primeira é o “sentido”, aquilo que tem origem no sujeito, aquele que atribui sentido aos objetos. A segunda fundamenta a distinção radical entre corpo e espírito, este que de fato importa à comunicação e que “conduz” o sentido, o que constitui a terceira premissa hermenêutica. Por fim, a quarta premissa diz do corpo como mero articulador ou ocultador do sentido. No campo hermenêutico, adverte Gumbrecht, a expressão, limitada à superfície do corpo ou do texto, permanece essencialmente insuficiente, impondo a necessidade da interpretação, aquilo que se dirige à profundidade do que reside na alma de quem se expressa. Donde emerge o binômio expressão/interpretação.

Gumbrecht salienta que a apoteose da hermenêutica acadêmica teria se dado com Martin Heidegger, para quem a interpretação não era apenas o centro das Humanidades, mas o centro mesmo da existência humana. Em sua análise da existência humana, Heidegger revela uma de suas premissas centrais: a existência humana está sempre realizada no interior daquilo que designou *estar-no-mundo*. Os hifens acentuariam a inextricabilidade de sujeito e objeto, sinalizando, pois, a defesa heideggeriana de uma *referencialidade* global. Para Gumbrecht, todavia, essa condição não seria mais admissível hoje, pois a centralidade do ato interpretativo torna-se mais e mais inviável. A referência tem origem na ação humana, uma apropriação da natureza pelo corpo humano, e este, na práxis cotidiana contemporânea, estaria perdendo a fricção com a matéria. Trata-se, pois, de uma impressão de enfraquecimento do contato com um mundo que já não se mostra pleno de referências seguras, um mundo menos estruturado e mais denso. Enfim, no contexto contemporâneo predomina, cada vez mais sensivelmente, a ausência de teorias hegemônicas, e é na tendência à distensão e ao afastamento dos campos estabelecidos pela “hermenêutica” hjelmsleviana (*forma da expressão, substância da expressão, forma do conteúdo e substância do conteúdo*), segundo Gumbrecht, que

se caracterizaria a condição contemporânea (talvez pós-moderna) de um campo não hermenêutico.

Na tradição hermenêutica acadêmica o que esteve em jogo é o resgate de um sentido incontestavelmente existente. No contexto de uma teoria do campo não hermenêutico, não se visa mais à identificação do sentido a ser resgatado; a pergunta central é pelas condições de possibilidade das estruturas de sentido, e é neste âmbito e sob esta ótica que convidamos os leitores à imersão nos diversos contextos interpretativos abordados pelos trabalhos reunidos neste número 18 de *Interfaces*. Os artigos que se seguem dão grande amplitude ao debate acerca das condições em que emergem ato interpretativo e sentidos, seja no contexto mais puramente ideológico, no literário, no imagético e figurativo ou no musical.

Joseph Jurt, professor de Literatura Francesa na Universidade de Freiburg (Alemanha) e Doutor de Estado habilitado pela Universidade de Ratisbonne (Alemanha), discute, em seu *Les symboles nationaux du Brésil: de l'Empire à la République*, que a existência de símbolos nacionais, estes que refletem a identidade, os valores e os ideias dos Estados, denuncia a insuficiência do monopólio do poder e dos instrumentos legais para garantir a legitimidade dos governos. Símbolos seriam, pois, os recursos culturais que promovem o ambiente de legitimidade e reprodução da ordem social. O artigo salienta que os positivistas se manifestaram sobre quase todas as criações simbólicas da velha República: bandeira, divisa, emblema, a tentativa de criar uma alegoria da República, o mito de Tiradentes. A República, porém, teria experimentado um sucesso limitado na tentativa de criar os novos símbolos, pois os símbolos impostos não se enraizaram firmemente na tradição iconográfica do povo. Contudo, Jurt chama atenção para o fato notável, do ponto de vista hermenêutico, que, hoje, os símbolos nacionais alcançaram boa aceitação, mas apropriados menos por sua legitimidade histórica que por seus atributos estéticos.

Considerando o âmbito da interpretação da obra de arte, Antônio Máximo Ferraz, doutor em Teoria Literária e professor da Faculdade de Letras da UFPA, denuncia, em seu *A liberdade na interpretação*, o que entende ser uma confusão contemporânea entre *interpretar* e *analisar*. Segundo ele, pressionado pela construção técnico-científica do real, o sujeito crê poder desvelar a verdade das coisas, analisando-as com teorias construídas antes mesmo da manifestação dos fenômenos. No caso específico de obras de arte, esse modo de conceber a interpretação obstrui o desvelamento das mesmas como portadoras de novas questões dirigidas ao sujeito no seu modo próprio de ser e se realizar. O articulista procura então resgatar a reflexão sobre aquilo que seria um “interpretar verdadeiramente livre”, manifesto como obediência às “questões postas em obra pela arte”. Essa discussão

mantém relação estreita com o artigo *Crítica e Inacabamento: a leitura de Walter Benjamin das Afinidades Eletivas*, de Mirella Guidotti, doutoranda do Departamento de Letras Modernas da UNESP (estágio especial na Universidade Livre de Berlin), no qual ela enfoca a teoria crítica em Walter Benjamin e destaca o ensaio *Goethes Wahlverwandtschaften*, com o qual Benjamin reabriu a discussão em torno da controversa crítica do famoso romance goetheano. O artigo salienta que o aparente interesse renovado por uma das obras mais marcantes do século XIX deu, na verdade, suporte à apresentação da nova teoria crítica do ensaísta alemão.

Patricia Carmello, doutora em Teoria Literária, que atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Literatura Brasileira, na UFMG, apresenta em seu artigo intitulado *Dois ou três coisas sobre a montagem das imagens em Jorge de Lima* uma abordagem preliminar de sua pesquisa atual: as fotomontagens de Jorge de Lima. A discussão aborda com atenção especial o conceito de “montagem”, aqui fundamentado por contribuições de autores da Psicanálise e da Teoria da Arte, bem como de estudos sobre as vanguardas do início do século XX. Para a autora, talvez o reduzido número de estudos sobre as fotomontagens de Jorge de Lima, poeta brasileiro da primeira metade do século XX, tenha origem em sua dualidade: seu caráter enigmático e pouco narrativo, que as distingue dos traços marcantes de sua poesia, tanto quanto o viés político condensado neste conjunto de imagens e versos, que acentua sua relação com sua poesia. O artigo afirma o desafio que essa obra impõe à tarefa do crítico, “tarefa situada antes na leitura do ponto onde as contradições se intensificam do que na interpretação de seu suposto sentido unívoco”.

Em *A performance musical e a crise da autoridade: corpo e gênero* a pianista, doutora em Música e docente do Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS Catarina Domenici aborda a crise de autoridade no campo da performance musical, deflagrada pelo que considera ser a derrocada do formalismo musical. A autora entende que há um anseio contemporâneo por criatividade na performance musical, esta que é uma arte relacional, definida a partir de relações que aquele que realiza a performance estabelece com o texto, a tradição, o compositor e o público. Isso requereria uma desconstrução da estrutura normativa que tem regulado essa prática por quase dois séculos; a distinção discutida no artigo entre os termos “interpretação” e “performance” denota, segundo a autora, uma ansiedade contemporânea em desaparecer-se de velhos paradigmas, bem como dos ecos prolongados das questões de gênero na performance musical.

Ainda dentro do contexto de fundamentação da performance musical, *Quadros para uma exposição: processos criativos em performance musical*, de Diana Santiago, pianista, doutora em Música e docente do Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA, convida o leitor para a reflexão acerca da relação entre o intér-

prete musical e os aspectos criativos da performance. A autora propõe abordar a discussão a partir do que entende serem cinco quadros que em seu conjunto, após introduzirem o tema, delineiam processos relativos à relação intérprete – prática musical. Em linhas gerais, o que está em jogo, por um lado, são as questões subjetivas que preponderam na interpretação, tais como “conservar ou criar”, “fidelidade e individualidade”, “modismos”, “intencionalidade”, e, por outro lado, os processos da construção da performance, vistos como autoaprendizagem e que nos remetem às dimensões autorreguladoras da psique. O artigo põe a hipótese de que “enquanto seres simbólicos que somos a interpretação nos situa entre nós mesmos e o tempo, numa busca permanente de razões e significados”.

A produção interpretativa em música é ainda discutida pelo saxofonista e professor da Escola de Música da UFRJ, Pedro Bittencourt, doutorando pelo Centro de Informática e Criação Musical da Universidade de Paris 8 (França). Em *Interpretação participativa na música mista contemporânea* o autor aborda a questão na perspectiva do abandono da chamada “prática comum” estilística, processo iniciado em fins dos oitocentos e que adquiriu contorno mais evidenciado na segunda metade do século passado. O artigo enfoca especialmente a questão da *interpretação participativa* na denominada “música mista” (que combina instrumentos musicais tradicionais e recursos eletrônicos), processo que emerge da troca de competências entre intérpretes e compositores, em todas as etapas do processo criativo, como uma múltipla mediação, nos dois sentidos, construída ao longo da colaboração: flexível, plástica, adaptada e de livre acordo.

Saindo de um contexto de construção compartilhada de sentidos, para a discussão sobre o trabalho solitário do intérprete da música escrita ocidental, *Contrastes de Marisa Rezende: texturas e toques pianísticos*, de Tatiana Dumas Macedo, mestre em Música pela UFRJ e Nadje Breide, doutora em Música e docente da Escola de Música da UFRJ, evidencia o que as autoras entendem por “ação pianística”, como recurso expressivo, na interpretação de uma obra contemporânea brasileira. O artigo tem por escopo o estudo e a escolha dos movimentos considerados adequados à obtenção do resultado da performance em relação aos “toques pianísticos”. Para tanto, as autoras dedicaram atenção especial às exigências técnicas e expressivas das diferentes texturas da peça *Contrastes* (2001) de Marisa Rezende, para piano solo. O referencial teórico respalda-se nas considerações e nos preceitos de George Kochevitsky (1967), Gerd Kaemper (1968), Leonard Meyer (2000) e Heinrich Neuhaus (2010), entre outros.

O presente volume é concluído com o artigo do professor Paulo Peloso, doutor em História e professor do Departamento de Composição da UFRJ, intitulado *Corpos masculinos com vozes femininas: A presença dos Castrati na ópera barroca*

*italiana*. O autor disserta sobre a trajetória dos *castrati*, intérpretes exponenciais de uma arte moderna vocal cujo apogeu se deu no século XVIII europeu e cujos encanto e dualidade extinguiram-se, pouco a pouco, ao longo do século seguinte. O artigo chama atenção para a questão que sempre emerge quando da atualização daquele repertório: como substituí-los? Peloso entende que nenhuma solução contemporânea pôde nos dar ideia, ainda que longínqua, do que teria sido a voz de um *castrato*; nem mesmo as soluções suportadas pelos mais recentes recursos da tecnologia digital puderam recriar a realidade de uma voz perdida no tempo.

*Marcos Nogueira*

Agradecemos a valiosa contribuição do Professor Joseph Jurt, Titular Emérito de Literatura Francesa da Universidade de Freiburg (Alemanha), correspondente estrangeiro do Centro de Sociologia Europeia do Collège de France e especialista de projeção internacional da obra de Pierre Bourdieu. O Professor Jurt, que foi diretor da Escola Doutoral “Modernidade e tradição na França e na Alemanha” na Universidade de Freiburg e Diretor de pesquisa visitante da Ecole des Hautes Etudes en Sciences sociales (França), nos cedeu para publicação o original da versão francesa de um estudo sobre os símbolos nacionais do Brasil, cuja versão mais detalhada foi publicada em português, na revista MANA 18(3): 471-509, 2012, com o título de “O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República”.